



Ruptura e continuidade com o passado: bens patrimoniais e turismo em duas cidades realocalizadas

Maria José Reis*

María Rosa Catullo**

Alicia N. Gonzalez de Castells***

RESUMO

O presente texto analisa comparativamente as experiências vivenciadas pelas populações urbanas de Federación (Provincia de Entre-Ríos, Argentina) e de Itá (Estado de Santa Catarina, Brasil), que foram realocalizadas para a instalação, respectivamente, da represa binacional argentina-uruguaia de Salto Grande e da represa brasileira de Itá. Seu foco central é o modo como diferentes atores sociais representam e lidam, nestas cidades relocadas, com parte de seu patrimônio tangível e intangível relativos aos antigos assentamentos e tradições urbanas, anteriores à inundação decorrente da instalação das referidas represas, sobretudo a partir de projetos de exploração turística em elaboração ou em execução em ambas as cidades.

Palavras-chave: Relocalização urbana, Patrimônio, Turismo.

ABSTRACT

This paper comparatively analyses the experiences of urban populations of Federación (Entre Ríos Province, Argentina) and Itá (state of Santa Catarina, Brazil), which were relocated because of the constructions, respectively, of the bi-national Argentine and Uruguayan dam Salto Grande and the Brazilian dam Itá. Its main focus is the manner in which different social agents in these relocated cities represent and deal with part of their tangible and intangible patrimony related to the former settlements and urban traditions,

*Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: masereis@hotmail.com. **Universidade Nacional de La Plata – UNLP E-mail: mcatullo@sinectis.com.ar. ***Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC E-mail: alicia@cfh.ufsc.br. Fecha de realización: julio de 2003. Fecha de entrega: octubre de 2004. Aprobado: mayo de 2005

which existed before the flood resulting from the construction of the aforementioned dams. This analysis focuses primarily on the tourist venture projects currently being planned or implemented in both cities.

Key words: Urban relocation, Patrimony, Tourism.

No início do século XX, uma série de condições —o acesso dos países periféricos a um conjunto espantoso de conhecimento científico e conquistas tecnológicas e o esgotamento, nos países centrais, de certos recursos naturais básicos— propiciou a aceleração dos incipientes processos de industrialização naqueles países. Em decorrência, verificou-se, sobretudo a partir da segunda metade desse século, um investimento sem precedentes em grandes obras de infra-estrutura, tais como gasodutos, oleodutos, pontes, centrais nucleares, autopistas e grandes represas hidrelétricas.

Dentre esses investimentos, interessam-nos, especificamente, as usinas hidrelétricas, de cuja implantação resultam vários desdobramentos ou efeitos socioculturais e políticos. A partir de uma considerável produção acadêmica sobre as conseqüências em geral de projetos dessa natureza, no Mercosul em particular¹, é possível afirmar que sua implantação desencadeia processos sociais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos e ambientais quanto demográficos, políticos e culturais.

O presente trabalho analisa e compara as experiências vivenciadas pelas populações urbanas de Nueva Federación (Provincia de Entre Ríos, Argentina) e de Itá (Estado de Santa Catarina, Brasil), que foram realocizadas para a instalação, respectivamente, da represa binacional argentina-uruguaia de Salto Grande e da represa brasileira de Itá. Seu foco central é o modo como diferentes atores sociais representam e lidam, nessas cidades recriadas, com parte de seu patrimônio relativo aos antigos assentamentos e tradições urbanas, anteriores à inundação decorrente da instalação das referidas represas, sobretudo através da interferência de projetos de exploração turística em elaboração ou em execução em ambas as cidades.

Retornando aos processos de instalação de usinas hidrelétricas, é indispensável afirmar que eles invariavelmente provocam uma reordenação territorial prévia, implicando destruição e posterior reconversão de bens culturais e naturais, localizados nos territórios sobre os quais são realizadas as intervenções para o estabelecimento dessas obras. Diante da necessidade da formação de um reservatório ou lago artificial, ocorre a inundação de vastas extensões de terras e da

apropriação de seu entorno como área de preservação ambiental. Torna-se necessária também, a transformação e a ocupação de espaços destinados à construção e instalação de outras obras de infra-estrutura —como estradas, pontes, linhas de transmissão de energia elétrica— e o estabelecimento de vilas residenciais temporárias para os técnicos e operários responsáveis pela construção e manutenção dessas usinas. Considerando que comumente os espaços necessários à instalação e ao funcionamento de obras dessa natureza não são, em termos humanos, “espaços vazios”, mas alojam diferentes segmentos sociais, acaba por ser indispensável a retirada compulsória das populações que historicamente vinham ocupando esses locais. (Reis e Bloemer, 2001: 12).

Fica, portanto, evidente, como lembram as referidas autoras (*idem, ibidem*), que as conseqüências sócioambientais e culturais de processos de tal envergadura não têm sido nada desprezíveis. Além da destruição e da perda de acesso às áreas de produção e captação de recursos e de postos de trabalho, registra-se, via de regra, o rompimento do tecido social comunitário e a mutilação ou total transformação de espaços simbolicamente mapeados, envolvendo, entre outros, aspectos cognitivos, míticos e afetivos.

Os dois casos específicos em análise —das represas de Salto Grande e de Itá— tiveram como uma das muitas conseqüências, em termos espaciais, a necessidade de remanejamento de populações urbanas e rurais, resultando na instalação das cidades de Nueva Federación e de Itá, objetos de nossa investigação. Em ambas, ocorreu, assim, um intenso processo de reconstrução e reconstituição espaço-temporal, envolvendo tanto bens e tradições culturais quanto naturais, apropriados, parte deles, a partir daí, como bens patrimoniais. Em termos temporais, esses processos provocaram rupturas ou descontinuidades, estabelecendo marcos significativos de um “antes” e um “depois”, parte integrante de um processo acelerado de mudanças como as referidas anteriormente.

Algumas questões básicas, inspiradas pela literatura sobre patrimônio cultural e natural, parecem pertinentes para nortear nossa reflexão sobre a problemática em pauta. Quais bens e tradições foram recriados, reconstituídos ou reconstruídos? Com que finalidade o foram? Quem definiu esse processo de reconversão? Como esse processo repercutiu na população urbana como um todo?

Do ponto de vista teórico, para entender as questões atuais de patrimônio é preciso fazer referencia, inicialmente, aos processos de resignificação teórica, ocorridos nas ultimas décadas, em relação a diversas categorias analíticas, em diferentes contextos, que tem a ver, de um modo geral, com a problemática patrimonial. No caso, por exemplo, das políticas culturais, Lacarrieu e Álvarez (2002: 9)

destacam que as estruturas discursivas sobre essas políticas (identidade, pluralismo, criatividade, participação) ficaram, nos últimos quarenta anos, à deriva ante os conflitos da atualidade. A noção de “diversidade” outrora expoente do reconhecimento da diferença e heterogeneidade na proposta de desenvolvimento cultural volta revestida sob o rótulo de “multiculturalismo”. Ainda que essa noção seja assumida como forma “superadora dos enfrentamentos provocados pela crise do Estado-Nação” [como] “da transformação das identidades e suas narrativas”, articuladas em torno da unidade e da homogeneidade, os autores, citando o trabalho de Ana María Ochoa, ressaltam a amplitude de conteúdos do referido rótulo e a possibilidade de sua manipulação. Aplicada ao âmbito das políticas culturais, a nova designação envereda tanto pela fronteira de reivindicações de direitos, como pelo encobrimento de problemas políticos e de desigualdades amparada na bandeira da inclusão social. (Idem: 10).

Nivón Bolan e Rosas Mantecón (2002), por sua vez, destacam a dupla transformação sofrida pelas políticas culturais no México, fruto tanto do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, da globalização da produção e do consumo, das migrações e do turismo, quanto pelo reconhecimento social da cultura, aspectos comuns a nosso ver, a outros países latino-americanos, como é o caso da Argentina e do Brasil. Para os referidos autores (idem), o novo estatuto atribuído à esta última categoria, pressupõe o abandono de uma noção reduzida de cultura e de uma nova relação dela com o desenvolvimento. “A concepção que antigamente restringia a cultura às Belas Artes e ao folclore ampliou seu sentido e com uma perspectiva mais próxima a antropologia, foi concebida como integrada pelo conjunto das artes, das letras, os modos de vida, os direitos humanos fundamentais, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. (Idem: 142).

Do mesmo modo, amplia-se a noção de patrimônio cultural. De acordo com Laurent Lévi-Strauss (2003), esta noção não está mais restrita, como há vinte anos atrás, a monumentos arquitetônicos,

“A partir de então, a história da arte e da arquitetura, a arqueologia, a antropologia e a etnologia não se limitam mais ao estudo dos monumentos em si mesmos, mas se voltam preferencialmente para os conjuntos culturais complexos e multidimensionais que traduzem no espaço as organizações sociais, os modos de vida, as crenças, os valores, os saberes e as representações das diferentes culturas passadas e presentes no mundo inteiro. Cada testemunho material não é considerado isoladamente, mas em seu contexto e na compreensão das múltiplas relações que mantém de modo recípro-

co com seu ambiente físico —cultural e natural— e não físico. Os elementos do patrimônio físico aparecem, juntamente com seu ambiente, sempre como suporte de saberes, de práticas e de crenças; eles organizam uma ‘paisagem’ vivida pela comunidade e participam de sua identidade”. (Lévi Strauss, *idem*: 78).

Por outro lado, outros aspectos centrais quando se trata de patrimônio cultural devem ser levados em conta, entre os quais o das próprias estratégias de sua “construção”. Como lembra Arantes (1983: 8), o interesse pela defesa de patrimônios culturais decorre, sem dúvida, entre outros aspectos, do desejo de manter laços de continuidade com o passado. Talvez o termo construir ou criar, de acordo com o autor

“... descreva melhor essa relação, já que, em parte, eles chegam às gerações sucessivas como herança, mas ao mesmo tempo, entretanto, sua persistência no tempo resulta de ações e interpretações que partem do presente em direção ao passado” (Arantes *idem*).

Destaca-se, assim, um importante pressuposto sobre a chamada “preservação” do patrimônio que deve, como qualquer “trabalho de memória” (Bosi, 1983), ser pensado como um trabalho transformador e seletivo de destruição e reconstrução do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente.

Um segundo aspecto a ser levado em conta é que os espaços ocupados eram espaços mapeados culturalmente, uma vez que, como afirma Arantes (*idem*, *ibidem*), para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significados. Todos esses objetos, ao ocuparem um determinado ambiente, imprimem nele suas marcas, transformando-o em seu “lugar”, ou seu “território”. Do mesmo modo, o cotidiano vivenciado e suas temporalidades eram significativamente, ou seja, culturalmente demarcados. É indispensável acrescentar, contudo, especificamente no âmbito do tratamento dado ao tradicional / patrimonial nas sociedades contemporâneas, como aponta Arantes em um trabalho mais recente (2002), o uso dado atualmente aos lugares, como estratégia de criação de espaços marcados por uma imagem genérica de lugar, onde se priorizam os valores de limpeza, equilíbrio, beleza e prazer, sendo este último pensado, inclusive, como encobrimento de conflitos sociais. Para os autores, as novas políticas de lugares seriam as encarregadas

“... de imprimir e (re) imprimir uma ordem simbólica baseada em processos de produção de valor em determinados lugares que se sobrecarregam de sentido a fim de dar vida aos mesmos. Isto, traduzido numa nova forma de planificar o território, implica na criação (...) de cenários de participação contemplativa e de assistência ao espetáculo (como criador de) uma ilusão de participação por parte da sociedade”. (Lacarrieu e Alvarez, idem: 15).

Em terceiro lugar, apontar o que nesses espaços temporalmente mapeados deve ser assumido como bens patrimoniais a serem de algum modo recriados, recuperados e preservados, é uma tarefa que envolve perspectivas e interesses supostamente diferenciados, uma vez que eles eram, no passado, compartilhados —especialmente em se tratando de espaços e tradições urbanas— por diferentes grupos sociais. Este aspecto, que tem a ver com o caráter seletivo da preservação patrimonial, envolve, portanto, uma dimensão política que não pode ser descurada. A rigor, preservar traços de uma cultura é, também, uma demonstração de poder. Portanto,

“... considerando a atividade de identificar referências e proteger bens culturais não apenas como um saber, mas também como um poder, caberia perguntar quem teria legitimidade para decidir quais são as referências mais significativas e o que deve ser preservado, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo”. (Londres Fonseca, 2003: 87).

Em decorrência das colocações anteriores, e em quarto lugar, é necessário lembrar que qualquer iniciativa de preservação atende a motivações específicas e se reflete de modos também específicos em relação à população em geral. Arantes (2002: 89) afirma a esse respeito que é preciso fazer uma distinção entre o patrimônio como “referência”, e o patrimônio como “recurso”. Pode-se, assim, diferenciar os aspectos ou sentidos, muitas vezes presentes nos mesmos objetos e tradições culturais. Trata-se, no primeiro caso —o da referência— da dimensão dos bens e das tradições culturais relacionada aos sentidos enraizados e subjacentes, os quais agregam os significados que estruturam a memória coletiva, a rigor a dimensão que tem sido ressaltada nas políticas culturais de Patrimônio Histórico e Artístico e que remete à constituição de identidades são, em síntese, conforme o autor (idem, *ibidem*), os saberes e os valores amplamente compartilhados pelos

membros de determinado grupo, assim como os objetos, tempos e lugares onde tais valores se condensam.

Por último, na apropriação do patrimônio como recurso, privilegiam-se as potencialidades dos bens e tradições culturais no que concerne a sua mercantilização. Este é o caso, por exemplo, da relação que freqüentemente se estabelece entre patrimônios e turismo. Salvando as distâncias de escalas entre urbes e cidades de porte meio (como é o caso das duas cidades (re) localizadas), onde a participação dessas últimas nas redes da globalização se dá fundamentalmente através da indústria do turismo (atividade que produz profundas transformações e apropriações diferenciadas do território), a noção de lugar, como um dos referenciais do patrimônio deve ser relativizada. Para García Canclini (1997: 153), nas cidades globais, sobretudo nas megacidades, os novos espaços não são, mais

“... áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional” (García Canclini, *idem*).

Nesses termos, é importante ainda destacar que a forma de visitantes e habitantes locais relacionarem-se com os espaços assim apropriados é, via de regra, diferenciada. Por parte dos turistas, como assinala Bezerra de Meneses (2002: 98), é uma fruição que consuma-se, geralmente, na mera contemplação. A dos habitantes, por sua vez, ocorre no quadro de sua habitualidade, sendo uma fruição profunda, vivenciada, uma apropriação afetiva, estética, cognitiva, além do comprometimento de outras importantes esferas da vida social.

Assim, a análise do patrimônio nas cidades (re) localizadas por Grandes Projetos se revitaliza na problemática do global e do local, mas não entendidas como categorias opostas e sim “atendendo à (re) elaboração que as articula de modo mais complexo”. (García Canclini, *apud* Rotman, 2004: 258). Vale destacar, a esse respeito, que na opinião de Rotman (*Idem*: 259) o local é uma das escalas mais importantes tradicionalmente no desenvolvimento das atividades turísticas e o processo de globalização geral não tem contribuído para a redução da importância do local. Ao contrário, o local, os espaços específicos, se apresentam como lugares que albergam a tradição ou as novas mudanças através de seu patrimônio material e imaterial cultural (*idem*: 259).

Entretanto, como tem sido ressaltado por diferentes autores, entre os quais Ribeiro (2002: 216), as ações dos agentes voltados para as atividades turísticas trazem conseqüências para as sociedades locais, já que significam pressão para alterações na materialidade e em comportamentos sociais correlatos à presença de novos agentes (e seus interesses) na disputa por recursos e, portanto, na definição de investimentos e projetos”. (Idem, *ibidem*). Podem, inclusive, influenciar, como afirma a autora, na autopercepção dos habitantes, já que as imagens de uso externo também são de uso interno, espelhando, de forma seletiva, características consideradas positivas do patrimônio historicamente construído, ou, diríamos, por vezes reconstruído.

A REAFIRMAÇÃO DO PASSADO: AS “VELHAS” CIDADES DE FEDERACIÓN (ENTRE RÍOS, ARGENTINA) E DE ITÁ (SANTA CATARINA, BRASIL)

No marco anteriormente explicitado, interessa agora refletir sobre as nuances que assume o patrimônio, quando o objeto da análise diz respeito às cidades que foram destinadas ao desaparecimento, quando a população fatalmente deve vivenciar e sobreviver a um processo anunciado de destruição e posterior alagamento de todo ou de parte de seu território natural e construído². Nessas experiências de vida, é preciso ressaltar que, junto aos restos de uma urbanidade submergida, afundam também as vivências criadas e vivificadas ao seu redor, logo transformadas em passado. Embora muitos desses bens e tradições sejam reproduzidos nos novos assentamentos, é muito discutível o modo como são (re) construídas as próprias vivências e qual o significado outorgado pelos próprios nativos às reproduções de seu antigo cotidiano, institucionalizado a posteriori como bem patrimonial.

Desde 1777, data da fundação de Mandisovi —nome de origem guarani, dado em 1810 ao primeiro aglomerado mandado fundar por Don Juan de San Martín— antecedente urbano de Federación, houve, em sua história, vários momentos fundacionais e muitas narrativas desses mesmos episódios. Em 1847, por razões marcadas por condutas e decisões distantes da vontade de seus habitantes, foi ordenado pelo Governador Don Justo José de Urquiza, sua realocização à beira do Rio Uruguai (Patti e Catullo, 2001). Deste modo, para os federaenses, houve vários “antes” e “depois”, dando lugar a momentos “excepcionais” corporificados em cantos populares, poesias, contos, esculturas alusivas, vídeos,

folhetos narrando a história da cidade, produzidos tanto por instituições públicas quanto por investidores privados.

Os últimos episódios dessa longa cadeia de acontecimentos vão ser decisivos para o destino dos atuais federaenses. O convênio binacional do Projeto de implantação da usina hidrelétrica de Salto Grande, assinado no ano de 1946, por exemplo, foi um desses momentos marcantes de Federación. Nesse marco legal, a cidade de Federación, permaneceu literalmente “paralisada” aos olhos da população local.

Somente três décadas após, no ano de 1979, é que o processo vai dar sinais de movimento, dando início, também, ao “êxodo” da população para uma cidade ainda em construção. Porém, o deslocamento não foi partilhado por todos. Devido a um número deficitário de moradias não solucionado pelos órgãos competentes, parte dos moradores —dentre os mais carentes que deveriam ter sido deslocados— permanecem em áreas remanescentes da antiga Federación, até o presente, sofrendo um isolamento e abandono ainda maior. Os relatos caracterizaram o deslocamento como a marca de um novo episódio vivido de forma traumática pela população. A cidade de Federación, a partir desse momento, ficou territorialmente dividida. Nos restos da cidade antiga não alagada, além da população, continuaram, por um longo período, atividades e serviços essenciais como, por exemplo, a região industrial e o atendimento hospitalar, além do cemitério dos federaenses que permanece, até os dias atuais, em seu lugar tradicional.

Imagens escolhidas por alguns “nativos”³ dão vida a alguns fragmentos da velha cidade e revelam um passado ainda muito presente na população local. Essas pessoas nos convidam a percorrê-la, indicando locais e pontos de encontro privilegiados pelos federaenses da época. Através dessas janelas, enriquecidas ainda mais pelos relatos nativos, é possível fazer o tradicional e apreciado passeio pela cidade. A velha cidade, com uma planificação urbana feita em “damero”, comum nas urbanizações espanholas, tinha uma intensa vida pública em sua área central. Passear por ela significava desfrutar de suas árvores centenárias que margeavam o passeio e propiciavam “sombra” para os freqüentadores habituais. Significava, também, imaginar o sentimento dos federaenses ante a destruição gradual do patrimônio arquitetônico pertencente às instituições do poder público local, como bem mostram as imagens do prédio da Prefeitura, da Delegacia de Polícia, do Colégio de Segundo Grau, da Biblioteca Pública, do Cinema e do Clube Social. Os principais prédios públicos eram todos de baixa altura, cercados de abundante vegetação; o único que se destacava, exterior à linha imaginária sobre as edificações e a vegetação, era a torre da Igreja Matriz.

Assim, percorrer, através de seus relatos, a praça central, ícone da vida pública, ou contemplar restos de residências de federaenses —talvez as dos mais ilustres, localizadas na área central da cidade, exprimindo arquitetura de época— permite imaginariamente reconhecer o perfil urbano da antiga cidade de Federación. As referidas imagens nos convocam, ainda, a compartilhar a dor da comunidade local ante a imagem da Igreja Paroquial “Imaculada Conceição”, identificada pelos próprios paroquianos como último e alegórico símbolo patrimonial da cidade de Federación, destruída no ano de 1979.

Contaram-nos, ainda, os federaenses que, nos primeiros anos do “êxodo”, a cada descida do nível do lago, a população toda voltava e percorria a rua principal onde estava localizada a igreja. Descobriam seu contorno e limites entre capas sucessivas de limo depositado no fundo do lago, bem como se detinham à procura de outras ruas e dos prováveis pisos de suas moradias.

Os relatos dos itaienses,⁴ por sua vez, sobre sua “velha” Itá —fundada por descendentes de imigrantes de alemães e italianos, provenientes do Rio Grande do Sul, por volta da segunda década do século passado— dão conta de seus bens patrimoniais, lembrados, como o fizeram os federaenses, em diferentes modalidades de comunicação, tais como poesias, vídeos, textos de autoria de historiadores locais e de representantes da municipalidade. Era uma pequena cidade, concentrada territorialmente, marcada pela presença de ruas arborizadas e floridas. Ao longo delas, entre outros bens patrimoniais, destacam os itaienses sua Igreja Matriz —tendo como padroeiro S.Pedro—, a Prefeitura, o Hospital S.Pedro, o Clube Recreativo Cruzeiro, o Seminário Nossa Sra. das Graças, a Estação Rodoviária, um cinema, as instalações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dos Comerciantes, algumas escolas, além de seus antigos casarões, moradia dos “notáveis” locais.

Quanto ao patrimônio natural, no passado, o principal referente, para ambas as cidades, era o Rio Uruguai, pois grande número de atividades sociais e econômicas a ele estavam relacionadas. Para os moradores de ambas as cidades, serviu como caminho por onde foi transportada a madeira explorada nas áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e daí levadas ao território argentino, sendo um dos pontos de chegada a própria cidade de Federación; nos dois lugares, forneceu fartas pescarias, destinadas ao consumo doméstico e ao lazer, este último proporcionado, também, por suas praias, utilizadas como balneários pelos moradores locais; em ambas, ainda, foi objeto de fruição estética, pela beleza que imprimia à paisagem. No caso específico de Ita, serviu, em acréscimo, como palco para um tipo de celebração religiosa, a procissão de Nossa

Sra. dos Navegantes, realizada com barcos, congregando moradores de ambas as margens do rio.

Um outro marco natural referido pelos antigos moradores de Itá e Federación são as reservas florestais, localizadas às margens do Uruguai, além da vegetação arbórea margeando as ruas e cobrindo as praças. Assim, a presença do “verde” é uma constante nas diferentes representações de ambas as velhas cidades.

Por último, vale destacar que faz parte, também, das referências dos itaienses, como seu patrimônio natural, a presença de inúmeras cascatas, lembradas tanto por sua beleza como por se constituírem em lugares de lazer.

Portanto, perceber as antigas cidades através dos relatos e das imagens locais remete-nos a um sentimento de perda progressiva dos principais vestígios citadinos, permitindo, dessa forma, refletir a idéia de patrimônio através das vivências dos próprios nativos que sofreram essa etapa do processo. Porém, resta conhecer a outra face desse mesmo processo: se, para muitos, a velha cidade foi e continua a ser uma ferida ainda aberta, o que significa a nova cidade para os federaenses e para os itaienses? Quais são as reminiscências dignas de ser consideradas bens patrimoniais que ficam ausentes nas novas cidades e, em contrapartida, quais delas foram contempladas, mantendo ou não seu sentido original?

AS “NOVAS” CIDADES DE FEDERACIÓN E DE ITÁ: RUPTURA E CONTINUIDADE COM O PASSADO PATRIMONIAL

Mais de duas décadas se passaram desde que os federaenses abandonaram sua antiga cidade. A nova Federación, fundada em março de 1979, composta atualmente por uma população de quinze mil habitantes, é considerada uma cidade de vida tranqüila como era a antiga. Além da calma herdada, a nova cidade é considerada “segura” tanto para seus moradores como para os visitantes. No entanto, a cidade, na época do deslocamento, segundo relatos locais, era extremamente “desoladora”. Não tinham sido ainda construídos os edifícios públicos; as ruas e calçadas não estavam terminadas e não havia iluminação. Os federaenses sentiam seu novo espaço como se fosse uma “cidade fantasma”. Com um reduzido número de casas, a imagem que ficou na memória dos nativos foi a representação de um grande “canteiro de obras”⁵.

O planejamento da nova cidade, como toda obra que nasce do nada, exigiu dos responsáveis imaginar e decidir sobre os alinhamentos básicos da trama urbana, as características arquitetônicas de seus prédios, suas localizações no território

—em quase nada tendo a ver com a velha Federación; em síntese, a tarefa exigiu planejar o funcionamento da vida pública e privada de toda uma população. Neste caso, os planejadores, a partir de uma trama urbana de características simétricas em retícula, criaram também um eixo principal para a cidade, definido pela faixa que ficara paralela ao lago. Em toda a extensão da faixa concentraram as funções consideradas essenciais do município: administração, segurança, atividades culturais, esportivas, turísticas, comércio e educação, ficando articuladas, em termos funcionais, pela rua principal. A mesma rua foi concebida arquitetonicamente como passeio, entremeada por trechos comerciais, os quais eram acompanhados, numa de suas laterais, por galerias de circulação, exteriores e cobertas, com a intenção —explicitada no memorial do projeto— de que esse passeio fosse o ponto central do encontro social local.

O referido planejamento criou novos referenciais. A vida pública já não se desenvolvia ao redor de uma praça central, como na antiga cidade; agora, o referencial principal, embutido no pressuposto do projeto, era o lago. Entre outras razões, porque essa era a novidade, com a qual mudaram também os referenciais da população para recriar o cotidiano perdido, vinculado visceralmente ao Rio Uruguai. Acompanhando o alinhamento do lago, foi construída uma via totalmente arborizada, proporcionando uma aprazível paisagem.

Entretanto, da “velha” Federación pouco restou, tanto em termos de seu patrimônio tangível quanto de suas tradições, para além das edificações mencionadas e do cemitério. No novo centro urbano foi reconstituída, a partir do material de sua demolição, a primitiva igreja do antigo aglomerado urbano, construída em meados do século XIX, transformando-se esse novo espaço em “Museu dos Assentamentos”. É neste espaço que nos finais de semana um grupo teatral local representa a peça “Aquel, mi pueblo...!”, que conta, com um auxílio de um vídeo documentário, a história da cidade. No mais, além de uma peregrinação anual ao Santuário da Imaculada Conceição, muito pouco na arquitetura e no plano da cidade parece lembrar ou recriar bens patrimoniais tangíveis⁶ do antigo assentamento urbano. Quanto às tradições festivas, merece destaque a “Fiesta de los 20 años de Nueva Federación” na qual, celebrando o aniversário da nova cidade, em 25 de março, foram lembradas festas populares da “velha Federación”, tais como a “Caravana de Carrozas” e as “Serenatas”, realizadas na “Semana Del Estudiante”, no início da primavera, sendo, ainda, realizadas “Muestras fotográficas” relativas ao assentamento urbano anterior. A rigor, entretanto, com frequência anual, o que adquire significado e se celebra é o lago, —com a “Fiesta del Lago”, incluindo uma “Procesión Náutica encabezada por la imagen de Maria

Immaculada” (El Federense, 2000), além de competições esportivas e um baile popular— e as estações termais, os bens naturais e patrimoniais decorrentes, pelo menos em parte, de mudanças espaciais provocadas pela implantação da hidrelétrica de Salto Grande.

No caso de Itá, entre a dramática notícia da necessidade da inundação da velha cidade até sua total remoção para o novo espaço, em 1997, dezessete anos se passaram. A nova planta urbana em nada se assemelha à da velha cidade, instalada próxima às margens do rio Uruguai. A nova Itá, erigida no alto de uma montanha, com vista panorâmica para o lago, assumiu um traçado linear, acompanhando longitudinalmente a crista da elevação onde se encontra, ao contrário do antigo assentamento urbano, que, segundo seus antigos moradores, referindo-se à proximidade entre as moradias e os prédios públicos, “era um ovo; tudo ficava perto”.

O patrimônio tangível arquitetônico da velha Itá foi totalmente destruído, salvo parte de sua Igreja Matriz. Por reivindicação dos itaienses, foram preservadas suas duas torres, qual escultura construída na superfície lisa e espelhada do lago artificial da usina hidrelétrica, ao redor das quais foi construído um átrio semi-coberto, como base de sua sustentação, destinado à circulação de visitantes e a celebrações religiosas. Contudo, ao contrário de Federación, parte dos futuros moradores das principais ruas puderam escolher as fachadas de suas casas como réplicas ou reconstituições de padrões arquitetônicos do patrimônio representado pelas antigas casas coloniais. São também marcos patrimoniais vinculados, portanto, de um modo ou de outro ao passado, um monumento alusivo ao lançamento de sua pedra fundamental, e duas casas, réplicas integrais das referidas casas coloniais, utilizadas como “espaços de memória” (Nora, 1993). Trata-se da “Casa da Cultura—Alberton” e da “Casa da Memória—Camarolli” que, como museus históricos, abrigam objetos do cotidiano itaiense, além de um acervo de vídeos e de fotos. As demais edificações públicas e privadas, inclusive sua atual Igreja Matriz, pouco ou nada lembram as antigas edificações.

Como patrimônio não tangível, os itaienses recriaram celebrações e festas vinculadas a seu passado colonial e às tradições gauchescas, como a “Festa do Chops”, a “Festa Italiana”, o “Baile do Queijo e do Vinho” e o “Rodeio Crioulo”. Trata-se, assim, de um exercício permanente de recriação e reconstrução de sua identidade, embora nela não se espelhem todos os itaienses, especialmente parte da população de baixa renda, não descendente dos referidos colonizadores.⁷ Então, mesmo não tendo igual significado para a totalidade de seus moradores, revelando o conflito e o descompasso de valores e significados entre eles, esses eventos,

além de referência, constituem-se, ainda, como foco de exploração turística e, portanto, como recursos patrimoniais.

Do mesmo modo, vale destacar, como ocorreu também com nossos entrevistados em Federación, que várias foram as manifestações de itaienses de não-identificação com as novas edificações públicas, orgulho, entretanto, no caso de Itá, de seus planejadores —os arquitetos da empresa responsável pela implantação da UHE de Itá. Esse orgulho tem sido igualmente manifestado pelas autoridades locais que as ostentam, reproduzindo o discurso laudatório de seus idealizadores e ressaltando como principal característica da cidade o fato de ser a primeira, da região, “totalmente planejada”.

Desse modo, torna-se evidente que os descontentamentos registrados em ambas as cidades são reflexo do conflito de interpretação e de identificação, próprio, como foi dito anteriormente, quando se trata de definições e reconstituições patrimoniais.

Quanto ao patrimônio natural das novas cidades, sem dúvida o lago artificial representa um de seus “patrimônios de referência” fundamentais, uma vez vencidas, por parte da maioria das respectivas populações, as resistências iniciais à sua presença por considerá-lo como “sepultura” da antiga cidade. Como tal, intimamente associado ao Rio Uruguai, tem servido aos habitantes de Federación como balneário, através da criação de várias praias artificiais e, para os segmentos sociais de maior poder aquisitivo de ambas as cidades, como local da prática de esportes náuticos. Ao mesmo tempo, entretanto, esses espaços vêm-se constituindo em “patrimônios como recurso”, destinados à exploração turística. Isso ocorre, também, com uma reserva florestal recriada em Federación, o Parque “El Aromito”, composto por espécies nativas que constituíam as florestas de galeria ao longo do Rio Uruguai e com parte das cachoeiras ainda existentes, localizadas no município de Itá, parte do “pacote turístico” a ser vendido proximamente.

AS NOVAS CIDADES PARA OS “OUTROS”: APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO REFERENCIAL

O ano de 1994 constituiu-se, novamente, para os federaenses, numa data de grandes mudanças. Configurava-se um novo corte espacial e temporal, porém de magnitude e direcionamentos muito diferentes daqueles verificados em 1979, com o início do êxodo para a cidade atual. A referida data marca, novamente, um ordenamento entre um antes e um depois, entre nostalgias de um tempo perdido

e uma esperança, talvez, de um tempo melhor, estabelecendo novos desafios que vão ser decisivos para este novo período. Trata-se da “descoberta” de águas termais que proporcionaram a transmutação de Federación, a partir de 1997, na nova e esperançosa “Cidade das Termas”. Semelhante processo começa a ocorrer, também, em Itá, onde, a partir de 2002, teve início a instalação de seu parque termal, esperança de novos e rentáveis negócios turísticos para parte dos itaienses.

Em termos comparativos sobre os efeitos do turismo no cotidiano destas populações, a rigor, no que diz respeito ao patrimônio tangível, curiosamente poderíamos concluir que em Federación, por exemplo, a igreja Matriz, último baluarte da “velha” e venerada cidade, não teve o mesmo destino de recordação como a de Itá.

Entretanto, se em Federación não ficaram os restos mortuários expostos para serem venerados e contemplados na fase da “cidade do espetáculo”, ficaram claramente as intenções. Na cidade atual das “Termas”, além da “tranquilidade e segurança” —características de teor positivo utilizadas largamente como chamariz para atrair turistas metropolitanos—, o que é revelador é a apropriação de todo indício de sentimento coletivo significativo da vida dos federaenses. Estão previstos, por exemplo, possíveis usos da antiga religiosidade popular e do sofrimento pelo qual passaram os federaenses. Entre os atrativos das políticas de turismo, existem planejamento para a futura realização de mergulhos submarinos com os turistas para contemplar os restos religiosos de uma antiga cidade. Por outro lado, no Museu dos Assentamentos, o visitante terá, como opção de entretenimento, a oportunidade de assistir ao “drama social” deste povo. Como diz a propaganda veiculada por uma revista de turismo

“Esta comunidade [...] seus antepassados [...] essa vida agitada e muitas vezes trágica, resulta muito atraente para os visitantes, que no Museo dos Assentamentos tem a possibilidade de recriar momentos da historia federaense” (R.H.Pepe e Associados, 2002)

No caso de Itá, as torres da Igreja Matriz foram, igualmente, transformadas em objeto de atração para o turismo, sendo suas réplicas em miniaturas motivo de “lembrançinhas”⁸ e de prêmios em jogos esportivos, além de focos centrais para postais, de cenário para fotos pessoais, motivação para passeio de barco com direito à visitação do átrio e das duas torres, entre algumas das idéias destinadas a sua transformação em patrimônio como recurso, até o momento implementado pelo mercado formal e informal. Isso vem igualmente acontecendo, conforme já foi

dito, com outras manifestações e bens culturais, como também com os seus museus históricos.

Para finalizar, vale ressaltar que a experiência visceral da realocização de Federación e de Itá, em decorrência da implantação das respectivas usinas hidrelétricas, produziu um corte espacial e temporal que, de fato, foi vivenciado pelo conjunto dos federaenses e itaienses. Todavia, seus desdobramentos, em termos da reconstituição, reconstrução e resignificação de seus bens patrimoniais, foram experimentados de modos distintos, expressando, por sua vez, a diversidade sociocultural dos segmentos sociais locais.

NOTAS

¹ Sobre as principais fontes bibliográficas a respeito dessa temática, ver, entre outros, Balazote; Catullo; Radovich (2001) e Reis e Bloemer (2001).

² Nos casos por nós estudados, ficaram áreas remanescentes das cidades originais.

³ Informações obtidas em entrevistas realizadas pelas autoras em dezembro de 2002.

⁴ Entrevistas realizadas pelas autoras em fevereiro de 2003.

⁵ Para uma análise mais acurada do projeto de planejamento da nova cidade de Federación, ver Catullo & Patti (2001).

⁶ Em recentes viagens das autoras à Federación (julho de 2003 e fevereiro de 2004) constatou-se, entretanto, duas novas iniciativas nessa direção. A instalação do “Museo de la Imagen”, inaugurado em março de 2003, com um interessante acervo fotográfica da antiga cidade, mostrando suas paisagens e equipamentos urbanos, além de diferentes etapas de sua destruição, antes da inundação para a formação do referido lago, e a construção de uma nova praça —“Plaza Mandisoví”—, inaugurada em outubro de 2003, que além do nome evocando a primeira ocupação urbana dos federaenses, recria elementos da antiga “Plaza 9 de Julio” e apresenta “gigantografias” (grandes painéis fotográficos) da velha Federación.

⁷ Trata-se de afro-brasileiros e “caboclos”, grupo ético resultante da miscigenação de afro-descendentes, índios e brancos de diferentes origens.

⁸ O mesmo que souvenirs.

BIBLIOGRAFÍA

- Arantes, Antonio Augusto (Org.) (1984). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, São Paulo.
- (2002). “Cultura, ciudadanía y patrimonio en América latina”. In: Lacarrieu, Mónica e Álvarez, Marcelo (Comp.). *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos*. Ed. Ciccus/Ed. La Crujía, Buenos Aires.
- Balazote, Alejandro; Catullo, María Rosa e Radovich, Juan Carlos (Org.) (2001). *Antropología y grandes proyectos en el Mercosur.*: Ed. Minerva, La Plata (Argentina).
- Bezerra de Meneses, Ulpiano (2002). “Os ‘usos culturais’ da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”. In: Yázigi, Eduardo et al. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3 ed., Hucitec, São Paulo, 88-99.
- Bosi, Ecléa (1983). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. T.A . Queiroz, São Paulo.
- Carozzi, María Julia (2003). “Carlos Gardel, el patrimonio que sonrío”. In: *Horizontes Antropológicos/UFRGS, IFCH*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 9, n.19. Porto Alegre.
- Catullo, María Rosa e Patti, Beatriz (2001). “Proceso de relocalización y nueva ciudad: Federación-Nueva Federación, Entre Ríos-Argentina”. In: Balazote, Alejandro O.; Catullo, María Rosa e Radovich, Juan Carlos. *Antropología y grandes proyectos en el Mercosur.*: Ed. Minerva, La Plata (Argentina), 107-126.
- El Federaense (4/1/2000). Fiesta del Lago. Programación. Año 6, nº 415, Federación.
- García Canclini, Néstor (2003). *A Globalização imaginada*. Iluminuras Ltda, São Paulo.
- (1999). *La Globalización imaginada*. Paidós, Buenos Aires.

- Lacarrieu, Mónica e Álvarez, Marcelo (2002). “La plaza y la caverna. Dilemas contemporáneos de la gestión cultural”. In: *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos*. Mónica Lacarrieu e Marcelo Álvarez (Comp.) Ed.Ciccus/Ed. La Crujía, Buenos Aires.
- Lévi-Strauss, Laurent (2003). “Patrimônio imaterial e diversidade cultural: O novo decreto para a proteção dos bens imateriais”. In: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional *Patrimônio Imaterial: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, 2, ed,138 páginas, Brasília.
- Londres Fonseca, Maria Cecília (2003). “Referencias culturais: base para novas políticas de Patrimônio”. In: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional *Patrimônio Imaterial: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, 2, ed,138 páginas, Brasília.
- Nivón Bolán, Eduardo y Rosas Mantecón, Ana (2002). “México: la política cultural del gobierno del Distrito Federal 1997-2000. Notas para un balance”. In: *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos*. Mónica Lacarrieu e Marcelo Álvarez (Comp.) Ed.Ciccus/Ed. La Crujía, Buenos Aires.
- Nora, Pierre (1993). *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História. PUC – Dep. de História, (10), dez., São Paulo.
- Ochoa Gautier, Ana María (2002). “Desencuentros entre los medios y las mediaciones: Estado, diversidad e políticas de reconocimiento cultural en Colombia”. In: *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos*. Mónica Lacarrieu e Marcelo Álvarez (Comp.) Ed.Ciccus/Ed. La Crujía, Buenos Aires.
- Reis, Maria José e Bloemer, Neusa M. Sens (Org.) (2001). *Hidrelétricas e populações locais*. Cidade Futura/ Ed. da UFSC, Florianópolis.
- R.H. Pepe; Asociados S.A .P.C. e Movicom (2002). *Turismo*. ano 1, n.1, set., Buenos Aires, 5-11.
- Ribeiro, Ana Clara et al (2002). “Turismo: uma prática entre a crise e a inovação na metrópole do Rio de Janeiro”. In: Yázigi, Eduardo et al. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. Hucitec, São Paulo, 213-230.

Rotman, Mónica B. (2004). “Globalización y patrimonio cultural: la recreación de identidades locales”. In: *RUNA. Archivos para las ciencias del hombre*. UBA. Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Ciencias Antropológicas, No 24, Buenos Aires.